

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA ANÁLISE CRÍTICA

PUBLIC POLICIES FOR WOMEN: A CRITICAL ANALYSIS

Anna Paula Lopes da Silva Macêdo¹
Yanca Larissa Moura Lima²
Laurileide Barbosa da Silva³

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise crítica sobre a interferência das políticas para as mulheres na problemática das desigualdades de gênero, no município de Jaboatão dos Guararapes/PE. Com o intuito de alcançar níveis equitativos nas relações sociais de gênero e promover a autonomia da mulher, o Estado intervém sobre estas desigualdades através de políticas públicas com o propósito de promover equidade entre homens e mulheres por meio de ações, planos e metas. Estas ações são desenvolvidas no âmbito municipal e consistem na importância de que a mulher adquira o controle sobre seu desenvolvimento, devendo o Estado e a sociedade criar condições para tanto e apoiá-la nesse processo. A metodologia utilizada teve como base a realização da pesquisa documental e observação *in loco*, onde foram levantados dados sobre relações de gênero e autonomia feminina no referido município. Os resultados demonstram que as ações se concentraram em cursos de qualificação profissional e desenvolvimento do empreendedorismo. Os cursos de qualificação corroboram com a permanência das mulheres em postos de trabalho precários, o que não lhes proporcionam oportunidades concretas de autonomia econômica e superação das desigualdades de gênero. No que se refere às ações sobre empreendedorismo, é possível verificar que estas funcionaram como um mecanismo de inserção destas mulheres num contexto mais amplo do sistema capitalista, pois se constituíram como uma articulação para repassar às mulheres a responsabilidade em suprir as necessidades da família, ao mesmo tempo em que desmobiliza a mulher politicamente para lutar por direitos sociais. Diante dos resultados, é possível afirmar que as políticas para mulheres precisam avançar na direção de ações estruturantes, compreendendo e intervindo na problemática das relações de gênero, tendo em vista uma sociedade justa e equitativa.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Políticas Públicas. Autonomia Feminina.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present a critical analysis about the interference of policies for women in the problem of gender inequalities in the municipality of Jaboatão dos Guararapes/PE. In order to achieve equitable levels in the social relations of gender and promote the autonomy of women, the State intervenes on gender inequalities through public policies with the purpose of promoting greater equality between men and women through actions, plans and goals as mechanisms to achieve equity. These actions are developed at the municipal level

¹ Graduanda em Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRN). E-mail: annamacedo27@gmail.com.

² Graduanda em Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRN). E-mail: yancalarissa18@gmail.com.

³ Doutora e Mestre em Serviço social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada e Bacharela em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: laurileidebarbosa@gmail.com.

and consist in the importance of women gaining control over their development, and the State and society should create the conditions for it and support it in this process. Therefore, the methodology used in this work was based on the accomplishment of a documentary research and an on-site observation, where data were collected on gender relations and female autonomy in said municipality. Results obtained show that actions for women focused on professional qualification courses and entrepreneurship development. In general, the qualification courses confirm the permanence of women in precarious jobs, which do not provide them with concrete opportunities for economic autonomy and an overcoming of gender inequalities. With regards to actions on entrepreneurship, it is possible to verify that they acted as a mechanism for insertion of these women in a broader context of the capitalist system, since they were constituted as an articulation to pass on to women the responsibility to meet the needs of the family, at the same time in which it demobilizes the woman on a political basis to fight for social rights. Given the results presented, it is possible to affirm that public policies for women need to advance towards structuring actions, understanding and intervention in the issue of women in the broader context of the whole logic of capital, with a view to a more just and equitable society, from a gender perspective.

Keywords: Gender relations. Public Policies. Women.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o tema relações de gênero ganhou notoriedade no mundo com o propósito de debater acerca das condições enfrentadas pelas mulheres, bem como promover a redução das desigualdades de gênero. Dados recentes revelam que as mulheres estão permanentemente em situações de desvantagens financeiras e sociais e, que são submetidas diariamente à violência, opressão e discriminação, especialmente dentro do espaço doméstico. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013a) apesar da existência de uma avançada legislação que objetiva proteger as mulheres, ainda são rotineiros os casos de agressão e mesmo os de assassinato provocados por companheiros ou ex-companheiros, ações essas intrinsecamente relacionadas à cultura do patriarcado. De acordo com o mesmo Instituto no Brasil, entre 2001 a 2011, ocorreram mais de 50 mil Femicídios, que são aqueles crimes cometidos contra as mulheres em razão da sua condição de ser do gênero feminino.

Conforme estudo realizado por Hirata e Segnini (2007) o salário médio de uma mulher brasileira, com educação superior, representa apenas 62% em relação ao salário masculino com a mesma escolaridade. Aos 25 anos, homens ganham 10% mais do que mulheres no Brasil. Aos 35, a diferença passa para 20%, depois para 22% aos 40 e, aos 50, recua um pouco, para 18%. A pesquisa demonstra as desigualdades existentes no âmbito do mercado de trabalho entre homens e mulheres. O IPEA (2013b) ressalta que o trabalho doméstico não remunerado, por

seu turno, segue sendo pouco compartilhado no interior das famílias, o que sobrecarrega a jornada de trabalho da mulher, impondo uma série de limites à presença delas em outras esferas da vida pública e política.

Diante das crises cíclicas, inerentes ao sistema capitalista é o trabalho doméstico que garante a sobrevivência dos seres humanos. O trabalho realizado fora dos circuitos mercantis (dentro da unidade familiar) garantindo o cuidado dos filhos, a alimentação, a vestimenta, a limpeza e organização do espaço doméstico, dentre outros trabalhos que garantem a reprodução biológica e social do ser humano, permite que o valor do salário seja menor do que seria necessário para a família comprar bens e serviços no mercado (CODAS, 2002, p.22). As atividades que sustentam o sistema capitalista, realizadas pelas mulheres no espaço doméstico, podem tomar diversas formas e são socialmente desvalorizadas, inclusive não sendo consideradas como atividade produtiva, na economia de mercado. O trabalho doméstico, explorado pelo sistema capitalista para garantir sua reprodução, pode se apresentar das seguintes formas: atendimento a necessidades emocionais, amamentação, cuidado de crianças, de idosos, cozinhar, coordenar satisfações das necessidades familiares, e assim por diante (STRASSMAN, 2002 p.33).

Tal como afirma Viezzer (1989, p.115) “Se as relações entre homens e mulheres são relações sociais, históricas, então elas não são imutáveis e fixas”. Considerando os aspectos mencionados sobre as desigualdades entre homens e mulheres, as políticas públicas direcionadas para as mulheres foram implementadas para intervir sobre estas desigualdades. Neste sentido, o texto apresenta quais políticas públicas estão sendo desenvolvidas para promover a autonomia das mulheres, bem como a direção que essas políticas assumem na conjuntura sociopolítica e de crise econômica na atualidade brasileira, particularmente no município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Este artigo é resultado da pesquisa realizada através do Programa de Bolsa Incentivo Acadêmico (BIA/FACEPE) financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), no período de janeiro a dezembro de 2015, bem como teve continuidade através do Programa de Iniciação Científica (PIC/CNPq), no ano de 2016; o qual teve como objetivo investigar como as políticas públicas para as mulheres interferem sobre a

problemática das desigualdades de gênero existentes na sociedade brasileira particularmente no município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

A metodologia adotada neste estudo teve como base a realização da pesquisa documental e observação *in loco*, como fonte de dados primários. Os dados sobre relações de gênero e autonomia feminina, construção histórico-social da subordinação das mulheres e sobre a interseccionalidade entre gênero, classe e raça foram levantados a partir da pesquisa documental junto aos órgãos públicos que estavam executando as políticas públicas para as mulheres, particularmente no município do Jaboatão dos Guararapes. No que se refere as ações de que estavam sendo desenvolvidas no referido município, foi observada a rotina das ações desenvolvidas na Secretaria Executiva da Mulher. A escolha do município de Jaboatão dos Guararapes se deu pelo fato de apresentar ações de referência no Estado de Pernambuco. As técnicas metodológicas adotadas tinham como perspectiva estabelecer uma triangulação dos dados como método de análise de conteúdo (MINAYO, 2015).

3 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

3.1 Aspectos históricos das desigualdades de gênero

Ao longo da história da humanidade estabeleceu-se uma ordem social que resultou em dominação e exploração da mulher pelo homem. Essa subordinação atravessou os tempos de formas diversificadas e persiste como força estruturante da sociedade até os dias atuais. Para compreender os processos que determinam essas desigualdades de gênero faz-se necessário situar historicamente as categorias do patriarcado, capitalismo e racismo que, de acordo com Saffioti (1987), se articulam e perpetuam a hierarquia das relações de poder dos homens em detrimento das mulheres.

Segundo Camurça (2007) o patriarcado se constitui como “um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Todavia, a autora faz uma subdivisão em seis categorias: a exploração do trabalho das mulheres por seus maridos; as relações no âmbito do trabalho remunerado; o Estado; a violência masculina; a sexualidade; e, finalmente, a cultura. Esse fenômeno da subordinação feminina é histórico e praticado de forma contínua, pois é parte estruturante de muitas culturas. Conforme Saffioti (2001) na categoria patriarcado usa-se o conceito de dominação-exploração, tendo em vista evidenciar as relações de poder dos homens sobre as mulheres. Isto permite visualizar que a

dominação não está presente somente na esfera doméstica, tampouco apenas no âmbito trabalhista, na mídia ou na política, compõe a dinâmica social como um todo, estando, inclusive, no inconsciente de homens e mulheres, enquanto categorias sociais que estruturam sua identidade e estabelecem relações mútuas.

Mesmo sendo o patriarcado historicamente anterior ao capitalismo é nesse sistema socioeconômico que as relações de exploração se dão com maior intensidade, pois as mudanças nos padrões culturais de consumo e do papel social das mulheres fizeram com que cada vez mais se voltassem para o trabalho remunerado. Contudo, essa inserção no mercado de trabalho não veio acompanhada de mudanças estratégicas na esfera domiciliar em que a mulher é responsável. Cabe ainda a mulher o cuidado com familiares, o que lhe ocasiona uma sobrecarga de trabalho. Outro aspecto concernente ao capitalismo é a ocupação da maioria das mulheres em postos de trabalho precários ou informais, que por consequência geram remunerações menores que a dos homens. De acordo com o IPEA (2013b), esses aspectos fazem com que na classe social desfavorecida as mulheres sofram de forma mais peculiar e ocupem permanentemente a base da hierarquia social, produzindo um processo chamado feminização da pobreza.

3.2 Surgimento das políticas para mulheres no Brasil

A partir dessa perspectiva de desigualdade de gênero e exploração feminina, surgiram os movimentos organizados de mulheres que deram início a uma série de reivindicações que proporcionassem a igualdade de gênero e retirassem a mulher da sua condição de subalternidade. Esses movimentos proporcionaram profundas mudanças no *status quo* das relações de gênero. São avanços tais como: o direito ao voto, direito ao aborto (embora ainda regulado pelo Estado), acesso aos métodos contraceptivos, promulgação das leis de proteção à mulher, contra o assédio sexual e contra o estupro. Há também os avanços nas leis trabalhistas, como a licença maternidade e a determinação de salários iguais, tanto para homens, como para mulheres que exerçam a mesma função.

Os espaços de diálogos entre governo e sociedade civil têm ampliado a visibilidade do tema relações de gênero, esclarecendo à sociedade sobre a realidade em que se encontram as mulheres em quase todos os países do mundo, realidade essa de discriminação e subalternidade. Com o intuito de alcançar níveis equitativos nas relações de gênero e proporcionar maior igualdade de oportunidades para mulheres e meninas em todo o mundo metas e indicadores

foram estabelecidos a partir de encontros organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e são referências para que alguns pontos prioritários de trabalhos e ações sejam estabelecidos para o avanço da igualdade de gênero em todos os países. Um dos mecanismos usados para alcançar essa equidade é promover a autonomia da mulher, que consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre seu desenvolvimento, devendo o Estado e a sociedade criar condições para tanto e apoiá-la nesse processo.

Um dos documentos de referência é a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, que foi gerado na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em 1995 pela ONU, considerada um marco no processo para promover a igualdade de gênero, onde o Brasil teve participação ativa. Outro importante documento são os *Oito Objetivos do Milênio* que se constituem de metas estabelecidas pela ONU no ano de 2000, com o apoio de 191 países, com principal intuito de promover a dignidade humana, particularmente da mulher. Todos os objetivos convergem para promover melhor qualidade de vida para as mulheres em todo o mundo, uma vez que focam a redução da extrema pobreza, fazendo com que a humanidade viva dignamente e exerça sua cidadania. Dentre os oito objetivos podemos destacar: o objetivo 3 - Igualdade entre sexos e valorização da mulher e o 5 - Melhorar a saúde das gestantes que objetiva reduzir a mortalidade materna. Ambos documentos servem para orientar governos na formulação de políticas e implementação de programas que possibilitem a autonomia das mulheres.

Para minimizar as desigualdades de gênero o Estado e instituições não governamentais buscam constituir políticas públicas com o propósito de gerar planos, metas e ações que visem a solução de problemas que são de interesse público e que promovam o bem-estar da sociedade como um todo. Essas políticas podem ser geradas pelos governos nas esferas Federais, Estaduais ou Municipais. Assim, as ações governamentais fizeram inclusão da perspectiva de gênero que são voltadas ao enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres e à garantia dos direitos e da autonomia das mulheres. Para Lisboa (2010) “as próprias mulheres têm sugerido uma variedade de propostas, programas e ações alternativas para os problemas sociais contemporâneos, derivados das opressões de gênero e de suas disparidades e iniquidades como: a injustiça, as violências, a pobreza, a ignorância e a insalubridade”, demonstrando com isso a expectativa de que as políticas possam atender às suas necessidades.

Para consolidar os direitos das mulheres, em 2003 foi fundada no Brasil a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) que junto com outros mecanismos nacionais buscaram cumprir as agendas estabelecidas pela ONU. A SPM possui quatro eixos de intervenção: 1 -

Autonomia econômica, inclusão social e produtiva; 2 - Infraestrutura social no meio rural e urbano, fortalecimento e criação de equipamentos sociais como creches, lavanderias e restaurantes populares; 3 - Cidadania e garantia dos direitos, educação das mulheres, inclusão, direito ao lazer, à cultura e aos esportes e 4 - Direito à saúde integral da mulher, reduzir a mortalidade materna e combate à violência. O objetivo da SPM era incluir a perspectiva de gênero de forma transversal, e não mais em ações pontuais. Para isso articulava-se com todos os ministérios para que as políticas criadas fossem efetivadas, bem como também com governos estaduais e municipais. A SPM colecionou, ao longo deste período, importantes conquistas, tais como: a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o lançamento de três edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013 (conhecida como PEC das domésticas), que amplia os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas e a Lei do Feminicídio (Lei 13.014/15) que é uma modalidade de homicídio qualificado, quando o crime for cometido contra a mulher em razão da sua condição de sexo feminino.

Por outro lado, a crise econômica, agravada pela crise ético-política, que se estabeleceu no país desde o ano de 2015 repercutiu de forma negativa na estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Tal secretaria perdeu seu status de ministério e passou por duas consideráveis reformas administrativas, sendo a primeira em outubro de 2015 através da Medida Provisória 696 que extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e criou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, posteriormente a medida foi transformada na Lei 13.266 de 5 de abril de 2016.

Em de abril de 2016 entra em cena o processo de *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff, dando início a um retrocesso no que se refere as políticas públicas direcionadas para as mulheres. Com o estabelecimento do Governo Interino houve uma reestruturação institucional, com o objetivo de amortecer a crise financeira do Estado, a situação do recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos se agrava, pois, o mesmo é extinto através da Medida Provisória 726 de 12 de maio de 2016 e suas competências são transferidas para o Ministério da Justiça e Cidadania.

Essa extinção tem causado preocupação e significativas manifestações, principalmente por parte das mulheres e instituições que sempre estiveram na luta por medidas de justiça social para eliminar as desigualdades de gênero estabelecidas em nossa sociedade. Além disso, outro fato que manifesta um retrocesso na luta pela inserção das mulheres na política foi a falta de

nomeação de mulheres para a cúpula administrativa dos ministérios do governo interino que se estabeleceu desde abril de 2016. Esta conjuntura nacional teve significativos rebatimentos nos estados e municípios que buscam combater as desigualdades de gênero, tal como será destacado no tópico a seguir.

3.3 Desenvolvimento das políticas para mulheres em Pernambuco

Seguindo a perspectiva federal, o Estado de Pernambuco criou em 2007 a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE), que tem por missão promover os direitos sociais e levar à sociedade ações de reparação e atenção especializada às mulheres no Estado. O objetivo da secretaria é formular, desenvolver, articular, coordenar, apoiar e monitorar políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida das mulheres em Pernambuco. As ações promovidas ao longo dos últimos dez anos de existência proporcionaram prêmios e distinções de importantes instituições como a ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Presidência da República. A atuação da secretaria é orientada pelo Programa de Governo de Pernambuco, as propostas das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres e as recomendações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Dentre as iniciativas da Secretaria está a Política de Empoderamento das Mulheres e Descentralização das Ações de Gênero em que visa fortalecer as estruturas municipais para que promovam o empoderamento das mulheres na sua localidade. Além disso, busca garantir as condições para promoção da igualdade de gênero, com destaque para as mulheres que estejam em condições de vulnerabilidade. Essa política é orientada por três programas, a saber: 1 - Municipalização e Empoderamento das Mulheres, 2 - Reforço Estratégico para as Mulheres Rurais e 3 - Reforço Estratégico para as Mulheres Urbanas da Região Metropolitana. Dentre as ações estava previsto o apoio a criação de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OMPM), participação em eventos municipais com palestrantes ou apoio técnico, apoio a implantação e assessoria de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres (COMDIM) e realização de Encontros Semestrais do Fórum Estadual de Gestoras Municipais.

Dos municípios que demonstram considerável desempenho com relação as políticas públicas para as mulheres, encontrava-se o de Jaboatão dos Guararapes, que está localizado na Região Metropolitana do Recife, que de forma ativa trabalha com a perspectiva de minimizar as desigualdades de gênero existentes no município e promover a autonomia feminina. Por três vezes consecutivas o município foi contemplado com um selo do Programa Pró-Equidade de

Gênero e Raça distribuído pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM), no qual reconhece instituições públicas e privadas comprometidas em realizar mudanças culturais na organização com intuito de promover a equidade de gênero e raça no âmbito do trabalho.

Considerando que o Município de Jaboatão dos Guararapes era referência no combate às desigualdades de gênero no Estado de Pernambuco, escolhemos este município para a realização da pesquisa.

3.4 As políticas de gênero em Jaboatão dos Guararapes

O município do Jaboatão dos Guararapes está localizado na Região Metropolitana do Recife, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 possuía uma população de aproximadamente 644.620 habitantes, constituindo a segunda maior população do Estado de Pernambuco. Desse total da população cerca de 47% eram de homens e em torno de 53% de mulheres, das quais cerca de 38% eram brancas, aproximadamente 61% de negras e pardas e menos de 1% indígenas. Entre 2000 e 2010, o percentual de mulheres responsáveis pelos domicílios, no município, aumentou de 44.997 para 87.893, ou seja, passou de 29,91% para 44,97% do total das pessoas responsáveis pelos domicílios, expressando uma tendência nacional do aumento de mulheres chefes de família, o que implica uma maior responsabilidade econômica para com o sustento familiar e sobrecarga com o trabalho doméstico.

Para combater as desigualdades de gênero, seguindo uma perspectiva não apenas estadual, mas também federal, o município fundou em 2009 a Secretaria Executiva da Mulher (SEEM) com o intuito de desenvolver políticas públicas que proporcionem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na busca de reverter a subalternidade da mulher. A missão da SEEM era contribuir para o empoderamento sócio-político e econômico das mulheres como estratégia de enfrentamento a violência doméstica e sexista. O compromisso da Secretaria era direcionar políticas prioritariamente, para as mulheres, em especial, para a população menos privilegiada.

Para nortear as políticas direcionadas à população feminina do município, em 2012 foi elaborado o I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres do Jaboatão dos Guararapes, com perspectiva de médio prazo, que é orientado pelos 10 eixos do II Plano Nacional de Política para as Mulheres que são: 1 - Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; 2 - Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não- homofóbica e não-

lesbofóbica; 3 - Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4 - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 6 - Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; 7 - Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; 8 - Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; 9 - Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; 10 - Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas, bem como por documentos elaborados e disponibilizados pela Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher) e a III Conferência da Mulher “Construindo Uma Nova Vida”.

O documento trata de um plano de governo, a nível municipal, que envolve tanto a participação de diversas secretarias e órgãos, quanto prevê o estabelecimento de parcerias com representantes da sociedade civil. O objetivo do Plano é contar com propostas que permitam a elaboração de ações a serem desenvolvidas em favor das mulheres que residem em Jaboatão dos Guararapes/PE, assim como traçar o perfil das mulheres para que essas políticas sejam efetivadas de acordo com suas características socioeconômicas.

Dada a amplitude dos 10 eixos que orientam as políticas para as mulheres no município, escolheu-se especificamente o primeiro e o quarto para análise neste trabalho, que são: 1º - A autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social e 4º - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Através desses dois eixos, buscou-se informações sobre quais ações estão sendo executadas no município do Jaboatão dos Guararapes, que promova a autonomia feminina de forma a intervir na sua condição de dominação-exploração.

Como forma de minimizar as desigualdades relacionadas a divisão sexual do trabalho, o município desenvolveu ações que visavam proporcionar as mulheres oportunidades que favorecessem sua autonomia econômica e financeira através da sua inserção no mercado de trabalho, de forma mais igualitária e justa. Entre as ações identificadas temos o Programa de Qualificação Profissional “Construindo uma Vida Nova” – QUALI. O objetivo deste programa é qualificar mulheres que estejam em situação de vulnerabilidade social através do curso de Auxiliar da Construção Civil, que é composto pelos módulos de pintura de ambientes internos e externos e pedreira de alvenaria e acabamento. O município considera essa ação inovadora, no sentido de quebrar o paradigma relacionado a área da construção civil, a qual as mulheres

não são contempladas, devido a exigência da força física necessária a esses postos de trabalho que historicamente são ocupados por homens.

Muito embora as ações que visem quebrar paradigmas sejam pertinentes para proporcionar autonomia às mulheres, sabe-se que a função de auxiliar de pedreiro é classificada como precária e de baixa remuneração, tendo em vista que na hierarquia organizacional fazem parte do nível operacional, sendo o próprio homem muitas vezes discriminado por realizar essa atividade, que não apresenta nenhum *status* dentro da estrutural social capitalista da qual fazemos parte.

Essas funções, executadas no nível operacional, não requerem grau de escolaridade elevado, o que corrobora com a permanência das mulheres em postos de trabalho precários e não lhe proporciona oportunidades concretas de autonomia e superação da pobreza, embora seja um conhecimento importante para a desvinculação da construção civil como espaço próprio dos homens.

Outra ação desenvolvida pelo município direcionada para o público feminino é a Rede de Mulheres Empreendedoras, que auxilia as mulheres na carreira do empreendedorismo para que sejam responsáveis por sua autossuficiência. No ano de 2015, de acordo com os dados da Secretaria Executiva da Mulher (SEEM), havia 497 mulheres inscritas no Programa. A iniciativa conta com a parceria da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (AGEFEPE), que tem por missão promover e financiar o empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco. Outra forma de apoiar a autonomia econômica das mulheres é através da Feira Feminina Solidária, que oportuniza as artesãs que fazem parte da Rede de Mulheres Empreendedoras a divulgação e comercialização de seus produtos. No ano de 2015 foram realizadas 27 edições com 85 mulheres expositoras (SEEM-2015).

Como forma de consolidar e apoiar o desenvolvimento dessas atividades econômicas acima mencionadas, o município de Jaboatão dos Guararapes, fundou em 2013 o Banco da Mulher, que é uma parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para oferecer microcrédito orientado, com taxas e juros mais baixos do que os praticados no mercado. O objetivo é promover oportunidades para que as mulheres potencializem o próprio negócio e melhorem sua condição de vida. A prioridade são as mulheres chefes de família, uma vez que a sua responsabilidade com o sustento familiar é de maior relevância. De acordo com dados da SEEM, no ano de 2015, foi aportado um valor de R\$ 157.772,00 para um total de 124 mulheres, o que daria uma média no valor de R\$ 1.272,35 para cada financiamento.

Embora seja difundida a política de linha de crédito, ou ainda a política de transferência de renda, para que as mulheres superem sua situação de vulnerabilidade social e financeira, é oportuno questionar qual sentido que fundamenta a ação de abertura de uma linha de crédito para mulheres, particularmente aquelas chefes de família. Analisando os últimos dois anos, do qual estamos inseridos em uma conjuntura de crise econômica, em que empresas têm demonstrado dificuldades de permanecer num mercado tão competitivo e excludente, é de se questionar também o que o empreendedorismo representa de fato para autonomia econômica das mulheres. A ação de incentivar o empreendedorismo denota à mulher de que é possível alcançar independência financeira, sendo tão somente ela a responsável por sua pró-atividade, criatividade e pelo seu sucesso, estabelecendo um mecanismo de inserção desta mulher num contexto mais amplo do sistema capitalista. Além disso, podemos verificar também que existe certa desmobilização para a luta por direitos sociais, tais como: educação, saúde, lazer, dentre outros, na medida em que existe um incentivo a inserir essa mulher no âmbito do micro empreendedorismo, construindo a ideologia de que uma vez microempreendedora a mulher terá condições de pagar pelos serviços necessários ao atendimento das necessidades sociais, via privatização desses serviços e não como direito social.

No âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher o município de Jabotão dos Guararapes trabalhava de forma a garantir os direitos das mulheres no que se refere a sua integridade física e sua autonomia. A Secretaria Executiva da Mulher vem realizando diversas ações direcionadas à mulher vitimizada, tais como a Estruturação da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, a instalação do Plantão da Delegacia Especializada da Mulher nos finais de semana, bem como o serviço de abrigo para mulheres em situações de risco. Também são realizadas atividades preventivas para assegurar os direitos das mulheres, através de ações socioeducativas, com distribuição de material informativo, com foco na prevenção à violência de gênero, além da divulgação dos serviços que são oferecidos na Rede Especializada de Atendimento à Mulher.

Essas ações de conscientização são realizadas através de Rodas de Diálogo, Abordagem Dirigida, Maria da Penha vai à Escola, Maristela Just vai aos Bairros, dentre outras. O município conta com Centro de Referência da Mulher Maristela Just (CRMMJ), um espaço que oferece serviços de atendimento psicossocial, orientação jurídica e outros encaminhamentos para mulheres que sofrem algum tipo de violência doméstica e familiar e que contribui para o fortalecimento e resgate da sua cidadania. Dentre os dados apresentados pela SEEM, entre 2009 e 2015, foram realizados 1605 atendimentos no CRMMJ e 232 acolhimentos inicial/Social no

ano de 2015 (SEEM-2015). Das mulheres atendidas 60% delas se declaram negras e pardas e que até novembro de 2015 foram solicitadas 725 medidas protetivas, um aumento de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses dados corroboram para a necessidade das políticas implantadas em defesa das mulheres e que esse problema ainda está longe de ser erradicado.

Além dos problemas identificados acima, pode-se perceber os impactos da crise financeira na redução da equipe que atua na Secretaria Executiva da Mulher de Jaboatão dos Guararapes/PE. A redução na equipe dificulta toda a articulação de desenvolvimento das políticas direcionadas para as mulheres, repercutindo na efetividade das ações e impossibilitando impactos mais significativos sobre as desigualdades de gênero no município.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível verificar a relevância da existência de Secretarias específicas para as mulheres, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, que desenvolvem políticas públicas prioritariamente para as mulheres. Políticas essas que se fazem necessárias em virtude de todas as circunstâncias que propiciam as desigualdades entre homens e mulheres na construção histórico-social da sociedade brasileira.

No que se refere ao I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres do Jaboatão dos Guararapes/PE, especificamente no que diz respeito aos programas de *Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho* e do *Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres* podemos verificar que são ações que apresentam relevância na vida das mulheres que residem neste município. No entanto, as funções para a qual as mulheres são capacitadas são classificadas como precárias e de baixa remuneração, tendo em vista que na hierarquia organizacional fazem parte do nível operacional. Essas funções de nível operacional não requerem grau de escolaridade elevado, o que corrobora com a permanência das mulheres em postos de trabalho precários e não lhe proporciona oportunidades concretas de autonomia e superação da pobreza. Outro aspecto é o fato de que mesmo as mulheres que têm níveis de escolaridade mais altos não têm a garantia de melhores oportunidades no mercado de trabalho formal, considerando a crise econômica, social e ético-política em que o capital se encontra na conjuntura brasileira.

No que se refere as ações desenvolvidas no âmbito da *Rede de Mulheres Empreendedoras*, através da *Feira Feminina Solidária* e do *Banco da Mulher*, é possível

verificar a inserção das mulheres na lógica do capital e da desresponsabilização do Estado em efetivar direitos sociais. A ação de incentivar o empreendedorismo entre as mulheres denota de que é possível alcançar sucesso financeiro, embora numa conjuntura de crise, sendo tão somente a mulher responsável por sua pró-atividade, criatividade e pelo seu sucesso, estabelecendo um mecanismo de isenção desta mulher num contexto mais amplo do sistema capitalista. Isto se revela como uma ação articulada para repassar para a mulher a responsabilidade em suprir as necessidades da família, função historicamente direcionada para as mulheres, ao mesmo tempo em que desmobiliza politicamente a mulher na luta pelos direitos sociais.

No âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher o município de Jaboatão dos Guararapes desenvolve ações de forma a garantir os direitos das mulheres no que se refere a sua integridade física e sua autonomia, bem como ações socioeducativas, com foco na prevenção à violência de gênero. No entanto, é possível verificar um aumento em torno de 49% das estatísticas referentes à violência contra a mulher no município em 2015, considerando o ano anterior como referência. Esses dados revelam que esse problema ainda existe e de que é necessário a ampliação e fortalecimento dessas políticas, tendo em vista a defesa das mulheres.

Contudo, é fato que essas políticas precisam avançar na direção de ações estruturantes, contra as desigualdades sociais e de gênero, compreendendo e intervindo na problemática das mulheres no contexto mais amplo da totalidade da lógica do capital, promovendo ações que busquem efetivar os direitos sociais de acesso à educação, saúde, lazer, habitação, alimentação, entre outros direitos. As políticas devem ser fortalecidas e aperfeiçoadas na perspectiva de que a emancipação feminina seja algo possível a curto, médio e longo prazo, tendo em vista uma sociedade mais justa e equitativa na perspectiva de gênero.

REFERÊNCIAS

CAMURÇA, S. 'Nós Mulheres' e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano 1, n.0, p. 12-23, dez, 2007.

CODAS, G. Economia Neoclássica e Economia Marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises de gênero. In: *Sempreviva Organização Feminista*. **Economia Feminista**. Nobre (orgs.). São Paulo: SOF, 2002.104p.

HIRATA, H.; SEGNINI, L. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2007. 360p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro 2010**. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=260790>>. Acessado em: 23 mar.2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.160p.

_____. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_lailagarcia.pdf>. Acessado em: 08 mar. 2016.

LISBOA, T. K. **Políticas Públicas com Perspectiva de Gênero: afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças**. Fazendo Gênero 9, Florianópolis, UFSC.2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Completo_FG9.pdf>. Acessado em: 16 mar.2016.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2015. 269 p.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987. Disponível em: <<http://ujcsp.net/wp-content/uploads/2015/09/hs-O-poder-domacho.pdf>>. Acessado em: 08 out. 2015.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. 2001.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acessado em: 08 out. 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – Brasil. Presidência da República. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013. 114p.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO – Governo do Estado de Pernambuco. **Anuário da Secretaria da Mulher – Um novo ciclo de políticas públicas para as mulheres em Pernambuco**. 2015.131p.

SECRETARIA EXECUTIVA DA MULHER – Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. **I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**. 2012. 51p.

SECRETARIA EXECUTIVA DA MULHER – Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. **Prestação de Contas 2015**.

STRASSMANN, D. A economia feminista. In: *Sempreviva Organização Feminista. Economia Feminista*. Nobre (orgs.). São Paulo: SOF, 2002.104p

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

Submetido: 13/07/2016

Aprovado: 25/06/2017